



MEMÓRIA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 17 de dezembro de 2018

Horário: 9h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1 - ABERTURA

O Presidente do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Moreira Franco, fez a abertura da 37ª Reunião Ordinária, cumprimentando as autoridades presentes, apresentando em seguida os novos membros do Conselho, o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI, General Sérgio Etchegoyen; o Ministro de Estado das Relações Exteriores - MRE, Aloysio Nunes Ferreira; os representantes da Sociedade Civil, Plínio Mario Nastari (recondução) e Adriano José Pires Rodrigues (ausência justificada); e de Instituição Acadêmica Brasileira, Carlos Otavio de Vasconcellos Quintella, especialistas em matéria de energia.

O Ministro Moreira Franco, ressaltou a presença do futuro Ministro de Minas e Energia, Almirante de Esquadra Bento Albuquerque, desejando-o as boas vindas, passando em seguida a palavra ao Senhor Secretário-Executivo do CNPE para início do exame dos assuntos da Pauta.

2 – MATÉRIAS PARA APROVAÇÃO DO CONSELHO

O Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, Décio Oddone, apresentou três propostas de resolução que tratam de: “Autorizar a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a realizar a Décima Sexta Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural na modalidade de concessão”; de “Autorizar a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a realizar a Sexta Rodada de Licitações sob o regime de partilha da produção na área do Pré-Sal e aprovar os parâmetros técnicos e econômicos das áreas ofertadas”; e de “Autorizar a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a detalhar os estudos dos prospectos indicados para compor a Sétima e Oitava Rodadas de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção, nos anos de 2020 e 2021, respectivamente”.

Iniciou a apresentação informando que para a realização da licitação da Décima Sexta Rodada de Licitações de blocos sob o regime de concessão, prevista para outubro de 2019, já considera a nova Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União, serão selecionados 42 blocos localizados nas bacias de Pernambuco-Paraíba, de Jacuípe, de Camamu-Almada, de Campos e de Santos, com área total em oferta de 29.911,62 km². Após debates dos membros do Conselho, foi deliberada a sua aprovação.

Com relação a proposta da resolução que trata de “Autorizar a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a realizar a Sexta Rodada de Licitações sob o regime de partilha da produção na área do Pré-Sal e aprovar os parâmetros técnicos e econômicos das áreas ofertadas”, o Diretor-Geral, ressaltou que a licitação contemplará a inclusão de dois novos blocos, Sudoeste de Sagitário e Norte de Brava e a readequação das dimensões dos blocos de Aram, Cruzeiro do Sul e Bumerangue, com previsão para ocorrer no segundo semestre de 2019.

Segundo o Diretor-Geral, a ANP realizou simulações de bônus de assinatura e alíquotas mínimas de partilha buscando uma combinação que:

- Beneficiasse a União caso os volumes descobertos sejam maiores que os previstos;
- Reduzisse as barreiras de entrada e estimulasse a concorrência;
- Induzisse atividades em áreas de risco;
- Aumentasse a chance de sucesso no leilão, considerando: Os investimentos já comprometidos em função das rodadas já realizadas e que ainda estão previstas, e a competição por recursos com outros países; e
- Balizadores para a sugestão de parâmetros licitatórios: Cenário de preços do petróleo a US\$ 50/bbl e o cenário de financiamento de bens (ativados x afretados) que gerasse a maior receita nominal para a União.

Após os debates sobre os resultados das simulações apresentadas pela ANP, os membros do Conselho manifestaram aprovação da resolução proposta, atendendo os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

Por fim, o Diretor-Geral apresentou a proposta de resolução que trata de “Autorizar a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a detalhar os estudos dos prospectos indicados para compor a Sétima e Oitava Rodadas de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção, nos anos de 2020 e 2021, respectivamente”.

O Diretor-Geral informou que serão recomendados para a 7ª rodada, prevista para 2020, três blocos: Esmeralda, Água e Água Marinha com área total em oferta de 7.200 km² e para a 8ª rodada, prevista para 2021, os blocos de Tupinambá, Jade, Ametista e Turmalina com área total em oferta de 7.400 km². Após debates dos membros do Conselho, foi deliberada a sua aprovação.

Após a aprovação das propostas de resolução, o Diretor-Geral fez um breve relato sobre os últimos dois anos, apresentando um estudo feito pelo Wood Mackenzie que mostra que desde 2016 foram licitados 3.000 blocos em 100 rodadas de licitação em 82 países. Informou que a arrecadação de bônus de assinatura com os leilões foi de cerca de US\$ 9 bilhões no mundo, sendo 75% desse valor pagos em 72 blocos no Brasil.

Segundo o Diretor-Geral, baseando-se em estimativas efetuadas pela ANP, a indústria do petróleo no Brasil passa por uma absoluta mudança de patamar, onde em 2030:

- a produção de petróleo será da ordem de 7,5 milhões de barris/dia, contra 2,6 em 2018;
- a exportação de petróleo será de, aproximadamente, 4 milhões de barris/dia, contra 1,2 em 2018;
- as plataformas em produção passarão de 106, em 2018, para cerca de 170; e
- a arrecadação, que em 2018, sem imposto de renda, é de cerca de R\$ 60 bilhões, passará para cerca de R\$ 400 bilhões.

3 - ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo do CNPE, José Wanderley Uchoa Barreto, aprovou, juntamente com os membros do Conselho, as Memórias da 3ª, 4ª e 5ª Reunião Extraordinária, realizadas em 11 de setembro de 2018; 9 e 29 de outubro de 2018, respectivamente.

Deu ciência aos Conselheiros das Resoluções deliberadas pelo Conselho e aprovadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em 2018. Relembrou que foram aprovadas dezesseis resoluções, sendo quatorze publicadas (Resolução nº 3 e 13 – aguardando aprovação superior para posterior publicação). Informou que todas as resoluções constavam da apresentação entregue aos membros do Conselho e também à disposição na página do Ministério de Minas e Energia, www.mme.gov.br, na aba conselhos/comitês.

Em seguida, deu ciência, também, aos Conselheiros, de acordo com os termos regimentais, do Acórdão nº 2368/2018-TCU-Plenário (Ofício nº 0201/2018-TCU/SeinfraPetróleo, de 6/11/2018), processo TC 005.155/2018-5, que trata do Relatório de Auditoria realizada com o objetivo de avaliar o desenvolvimento do procedimento licitatório para a construção e montagem do trecho terrestre do Gasoduto Rota 3 (Gasoduto Maricá-Comperj), onde os ministros acordaram em cientificar ao Conselho sobre os fatos apurados.

Finalizando, entregou aos membros do Conselho os relatórios sobre as atividades desenvolvidas pelos Comitês Técnicos e dos Grupos de Trabalhos do CNPE, no ano de 2018; o relatório executivo das atividades dos setores energéticos do País, durante o ano de 2018, e suas perspectivas para o ano seguinte; e o relatório dos estudos do Sistema Nacional de Estoques de combustíveis e Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis. Na oportunidade, conforme dispõe o art. 6º do Decreto nº 3.520, de 2000, alterado pelo Decreto nº 9.601, de 2018, propôs aos membros do Conselho a agenda básica dos trabalhos para o ano de 2019. O Colegiado aprovou a agenda, com indicação de uma reunião ordinária para o dia 3 de dezembro de 2019.

Em seguida, o Ministro Moreira Franco, concedeu a palavra aos membros do Conselho para suas considerações.

O representante da Sociedade Civil, especialista em matéria de energia, Plínio Nastari, ressaltou o trabalho desenvolvido pelo Conselho e os resultados alcançados nos últimos dois anos, bem como o extraordinário avanço projetado para a área de petróleo e gás, ao tempo que felicitou a inclusão do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores ao Conselho.

Informou que na semana anterior à reunião do Conselho, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei nº 13.755 (institui o Programa Rota 2030 – mobilidade e logística), que definiu o marco regulatório para indução dos agentes privados na direção de dar maior eficiência energética e sustentabilidade nas emissões de gás de efeito estufa, fruto das atividades deste Conselho.

Finalizando, sugeriu ao Colegiado que considerasse solicitar à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANNEL, informações sobre o estágio em que se encontram os estudos e a eventual implementação da Tarifa Binômica. Ressaltou que esta definição será de suma importância para esclarecer outros pontos que estão relacionados inclusive a subsídios de transmissão pela não identificação do uso de fio.

O Ministro Moreira Franco agradeceu e acatou a sugestão do Conselheiro Plínio Nastari, recomendando ao Secretário-Executivo do CNPE que adotasse as devidas providências.

O Diretor do Departamento de Energia – DE/MRE, Embaixador João Genésio de Almeida Filho, representando o Ministro Aluísio Nunes, cumprimentou todos os presentes, fazendo menção particular ao Ministro Chefe do GSI, General Sérgio Etchegoyen e ao futuro Ministro de Minas e Energia, Almirante de Esquadra Bento Albuquerque.

Registrou que o ingresso do MRE no Conselho era um pleito de muito tempo e que agora se concretizou na gestão do Ministro Moreira Franco, que entendeu a importância da presença do Ministério. Salientou que as questões trazidas ao Conselho são de relevância direta para a política externa brasileira, e os debates no plano internacional sobre energia impactam concretamente nas políticas públicas nos dias atuais.

Finalizando, fez um relato dos constantes chamados para que o Brasil se posicione em questões como transições energéticas, segurança energética, eficiência energética, entre outras matérias, numa multiplicidade de foros, destacando que a maneira como influenciemos o plano externo, e como somos influenciados por ele, depende da nossa capacidade de articulação interna.

O Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Sérgio Etchegoyen, agradeceu o convite para integrar o CNPE, ressaltando que o GSI tem uma série de interseções com as decisões que são tomadas pelo Conselho, por exercer a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional e presidir a Câmara de Relações Exteriores de Defesa Nacional do Conselho do Governo, além de coordenar o Comitê para Desenvolvimento da Política Nuclear Brasileira.

Informou que no dia 5 de dezembro, foi aprovada a política nuclear brasileira traçando os rumos, princípios, diretrizes e a criação de condições para decisões futuras quanto ao emprego de energia nuclear, colocando o País em uma posição de vanguarda, considerando o seletíssimo grupo de nações que tem reservas de urânio e dominam o ciclo completo de enriquecimento (Estados Unidos da América e Rússia), e desejou sucesso ao futuro Ministro de Minas e Energia, Almirante de Esquadra Bento Albuquerque.

Em seguida, o Ministro Moreira Franco, concedeu a palavra ao Almirante de Esquadra Bento Albuquerque, que deu início às suas considerações agradecendo a todos pela receptividade e pelo convite para participar da reunião do Conselho, ressaltando que contará com a competência dos membros do colegiado para enfrentar os desafios que terá pela frente.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, Moreira Franco, com registro do agradecimento à presença de todos os membros do Conselho e demais participantes.